

REDES DE APOIO COMUNITÁRIO COMO PILAR PARA A SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBTQIA+: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO



<https://doi.org/10.56238/arev6n4-418>

Data de submissão: 26/11/2024

Data de Publicação: 26/12/2024

Flávio Júnior Barbosa Figueiredo

Doutor em Ciências da Saúde

Instituição: Centro Universitário FIPMoc e Centro Universitário do Norte de Minas

E-mail: figueiredofjb@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0897191154736049>

ORCID: //orcid.org/0000-0003-1452-9573

Guilherme Teodoro Martins

Graduando de Enfermagem

Instituição: Centro Universitário UniFACTHUS

E-mail: guilhermecentraldevacinas@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9030-4742>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/6804569032818965>

Pedro Henrique Cardoso Duarte

Graduando em enfermagem

Instituição: Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: pehduarte@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3271-4122>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0284117867783479>

Ana Paula Quintella Mélo Ferreira

Graduanda em Medicina

Instituição: CESMAC

E-mail: apquintella@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7089-1086>

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0399152886443042>

Ana Lais Bastos Lopes

Graduação em Enfermagem

Instituição: Centro Universitário do Pará

E-mail: ana_lais91@hotmail.com

ORCID: 0000-0002-75434925

Tiago dos Santos Cezar

Graduado em Enfermagem

Instituição: UFRGS

E-mail: tiagocezarenf@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8711-9387>

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/0377247008529679>

Priscilla Bandeira Frota
Residência em saúde da família
Instituição: ICEPI
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2305-9550>
LATTEs: <http://lattes.cnpq.br/1251014539040559>

Alexandre Maslinkiewicz
Programa de Pós-Graduação de Ensino em Biociências e Saúde
Instituição: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
E-mail: alexmaslin@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9722-8383>
LATTEs: <http://lattes.cnpq.br/7524893321976536>

João Victor Cruz Correia
Mestrando em Saúde, Ambiente e Trabalho
Instituição: Universidade Federal da Bahia
E-mail: jvcorreia_@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6670-0689>
LATTEs: <http://lattes.cnpq.br/9464318628144080>

Eduardo Vinicius Barboza dos Santos
Mestre em Interações Estruturais e Funcionais na Reabilitação
Instituição: Universidade de Marília UNIMAR
E-mail: eduardo.vbs@live.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1042-6839>
LATTEs: <https://lattes.cnpq.br/5864760577218141>

Daivid Tiago Oliveira Sousa
Doutorando em Cencias de la Educación
Instituição: Facultad Interamericana de Ciencias Sociales
E-mail: daividsousa13@gmail.com
ORCID: 0009-0002-6024-5168
LATTEs: <http://lattes.cnpq.br/6030019144082318>

Wanderklayson Aparecido Medeiros de Oliveira
Doutor em Administração
Instituição: Centro Universitário FIPMoc - UNIFIPMoc
E-mail: wander.oliveira@unifipmoc.edu.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7795-545X>
LATTEs: <https://lattes.cnpq.br/8072462713188902>

RESUMO

Este estudo analisa as redes de apoio comunitário como pilares fundamentais para a promoção da saúde integral da população LGBTQIA+, considerando seus desafios e estratégias de fortalecimento. O objetivo foi compreender como essas redes contribuem para mitigar desigualdades, promover inclusão social e fortalecer políticas públicas voltadas para a diversidade sexual e de gênero. A metodologia utilizada foi a revisão integrativa da literatura, com a seleção de oito estudos publicados entre 2012 e 2024, além da análise de documentos oficiais, como o Programa Brasil Sem Homofobia e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Os resultados evidenciam que, embora avanços significativos

tenham sido alcançados, como a criação de espaços inclusivos e o fortalecimento de políticas públicas, persistem lacunas relacionadas à descontinuidade das ações e ao financiamento insuficiente. As redes comunitárias destacaram-se como mediadoras essenciais entre a população LGBTQIA+ e os sistemas de saúde, além de oferecerem suporte emocional e atuarem como agentes de transformação social. Nas considerações finais, reforça-se a importância de maior integração entre iniciativas comunitárias e sistemas formais de saúde, bem como a necessidade de articulação política e investimentos para garantir a sustentabilidade dessas ações. Este estudo contribui para o debate acadêmico e social ao propor estratégias que promovam a equidade e o fortalecimento dos direitos dessa população.

Palavras-chave: Redes de apoio comunitário; Saúde integral; População LGBTQIA+; Políticas públicas; Inclusão social.

1 INTRODUÇÃO

O público LGBTQIA+ é composto por indivíduos que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais não normativas (Mattos 2020). Essa diversidade reflete diferentes experiências e formas de expressão, que frequentemente desafiam normas sociais e culturais hegemônicas, cada letra da sigla representa um segmento específico, mas todos compartilham a luta por reconhecimento, respeito e igualdade em um contexto ainda marcado por preconceitos e desigualdades estruturais (Fonseca 2020).

A população LGBTQIA+ enfrenta desafios históricos e contemporâneos relacionados ao preconceito, discriminação e exclusão social, que têm impacto direto em sua saúde física, mental e social. Apesar dos avanços nos direitos civis e da crescente visibilidade das questões dessa população, muitos indivíduos desse grupo continuam a vivenciar barreiras significativas no acesso a serviços de saúde, no fortalecimento de vínculos sociais e na garantia de direitos fundamentais (Magalhães *et al.*, 2022).

Essas dificuldades são agravadas por sistemas de saúde frequentemente estruturados sem levar em conta as especificidades e vulnerabilidades dessa população. Nesse contexto, as redes de apoio comunitário têm emergido como pilares essenciais para a promoção da saúde integral, oferecendo não apenas suporte emocional, mas também ferramentas para o empoderamento e a autonomia social (Magalhães *et al.*, 2022).

As redes de apoio comunitário são sistemas organizados e colaborativos que promovem suporte emocional, social e prático para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade. Elas são compostas por organizações não governamentais, coletivos, grupos de apoio e comunidades locais que atuam para oferecer acolhimento, trocar experiências e proporcionar ferramentas para o fortalecimento individual e coletivo. Essas redes desempenham um papel crucial na construção de ambientes inclusivos, onde indivíduos marginalizados encontram segurança, orientação e solidariedade (Junior *et al.*, 2015).

Quando relacionadas ao público em questão, desempenham um papel importante na mitigação das desigualdades enfrentadas pela diversidade sexual e de gênero. Essas comunidades oferecem espaços seguros para troca de experiências, construção de identidade e fortalecimento de vínculos, além de contribuírem para o enfrentamento do estigma e da discriminação. Mais do que isso, elas facilitam o acesso a informações e serviços de saúde que, de outra forma, poderiam ser inacessíveis para muitos indivíduos. No entanto, a eficácia dessas plataformas de ajuda depende de sua capacidade de superar desafios estruturais, como a falta de financiamento, a escassez de políticas públicas inclusivas e o impacto de normativas sociais conservadoras (Stephan *et al.*, 2023).

A saúde integral, entendida como o estado de bem-estar físico, mental e social, está intrinsecamente ligada à promoção de ambientes inclusivos e ao reconhecimento da diversidade como um elemento positivo para a sociedade (Brasil 1980). Para esse público, alcançar essa saúde integral requer um esforço conjunto de múltiplos setores, incluindo educação, trabalho, segurança e, sobretudo, saúde. As comunidades de acolhimento ocupam um lugar central nesse processo ao preencher lacunas deixadas por políticas públicas insuficientes ou mal implementadas, oferecendo uma abordagem comunitária e humanizada às necessidades específicas desse grupo (Gouvêa *et al.*, 2020; Brasil 2011).

Um dos principais desafios enfrentados pelas iniciativas de suporte está relacionado ao enfrentamento da discriminação institucionalizada. Estudos revelam que muitas vezes a população LGBTQIA+ evita procurar serviços de saúde devido a experiências anteriores de preconceito, invisibilização ou violência simbólica (Bezerra *et al.*, 2019). Esse contexto reforça a importância de redes que ofereçam suporte culturalmente sensível e inclusivo, garantindo que cada indivíduo se sinta valorizado e respeitado em sua integralidade. Além disso, as redes comunitárias desempenham um papel crucial na capacitação de profissionais de saúde e na advocacia por políticas públicas que promovam a equidade (Reis *et al.*, 2022).

Paralelamente, é necessário reconhecer os fatores estruturais que influenciam a eficácia desses círculos de apoio. A falta de financiamento adequado é uma das principais limitações, muitas vezes restringindo a abrangência das ações realizadas (Moraes filho *et al.*, 2019). Nesse sentido, a articulação com governos, empresas e organizações internacionais pode ser uma estratégia eficaz para garantir a sustentabilidade dessas iniciativas. Adicionalmente, é importante que essas redes se adaptem às especificidades regionais, considerando as diferenças culturais, econômicas e sociais de cada território para ampliar sua relevância e impacto (Magalhães *et al.*, 2023).

Estratégias de espaços de acolhimento devem contemplar a criação de políticas públicas inclusivas, o incentivo à formação de lideranças desse grupo e a promoção de iniciativas educativas voltadas para a conscientização da sociedade em geral. Investir em tecnologias de comunicação também é essencial para ampliar o alcance dessas redes, permitindo que informações e serviços cheguem a populações em áreas remotas ou com difícil acesso a recursos presenciais (Brasil 2013). Além disso, parcerias intersetoriais podem fortalecer a capacidade das plataformas de ajuda de influenciar políticas e práticas em diversas áreas, incluindo educação, saúde e segurança pública (Freitas *et al.*, 2022).

Por outro lado, é importante destacar o papel transformador que as redes de apoio comunitário desempenham não apenas na saúde, mas também na promoção da cidadania da população LGBTQIA+. Ao proporcionar espaços de acolhimento e empoderamento, essas organizações de apoio à diversidade

sexual e de gênero ajudam a construir identidades resilientes, fomentando um senso de pertencimento e de comunidade. Essa atuação é particularmente relevante em contextos de alta vulnerabilidade social, onde o isolamento e a exclusão podem ser ainda mais pronunciados. (Irineu *et al.*, 2021)

Este estudo tem como objetivo explorar os desafios e estratégias de fortalecimento das redes de apoio comunitário como pilares para a saúde integral da população LGBTQIA+. Para tanto, será realizada uma revisão integrativa da literatura, que permitirá sintetizar o conhecimento existente sobre o tema e identificar lacunas e oportunidades para avanços futuros. Além disso, busca-se compreender como essas redes têm sido percebidas e utilizadas, bem como avaliar seu impacto na melhoria da qualidade de vida e no enfrentamento das desigualdades sociais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As comunidades de acolhimento LGBTQIA+ desempenham um papel central na promoção da saúde integral dessa população, considerando os desafios históricos e contemporâneos que esse grupo enfrenta, incluindo discriminação, estigma social e exclusão. Essas condições impactam diretamente a saúde física, mental e social, exigindo soluções que transcendem os cuidados clínicos tradicionais e integram uma abordagem inclusiva e sensível às especificidades dessa população. Nesse cenário, as redes de apoio comunitário surgem como espaços de acolhimento, resistência e promoção do bem-estar (Vasconcelos *et al.*, 2023).

A saúde integral, entendida como um estado de bem-estar físico, mental e social, é especialmente desafiadora, tendo em vista que enfrentam desafios institucionais no acesso a serviços de saúde. Experiências de discriminação em ambientes de atendimento, falta de treinamento de profissionais e rejeição familiar são fatores que intensificam os índices de ansiedade, depressão e outras condições de saúde mental nesse grupo. Essa situação evidencia a necessidade de ações que reduzam as desigualdades e promovam um cuidado mais humanizado (Gonçalves *et al.*, 2023; Brasil 1990)).

Nesse contexto, a interseccionalidade é um conceito fundamental, pois reconhece como diferentes formas de opressão, como gênero, orientação sexual, raça e classe social, se cruzam para moldar as experiências vividas por essa comunidade (Da Silva 2020; Filice; Muller 2024). Esse entendimento reforça a importância dos espaços de acolhimento, que oferecem suporte emocional, instrumental e informativo. Essas redes não apenas fornecem acolhimento e pertencimento, mas também desempenham um papel transformador ao fortalecer identidades resilientes e proporcionar um senso de comunidade (Filice; Muller 2024).

As redes de apoio atuam como um elo entre esse grupo e os serviços essenciais, contribuindo para superar barreiras ao acesso. Por meio de iniciativas de educação em saúde e defesa, elas pressionam por políticas públicas inclusivas e promovem o conhecimento sobre os direitos desse grupo. Além disso, essas redes oferecem serviços adaptados às suas necessidades, funcionando como ferramentas para mitigar as desigualdades em saúde (Lima *et al.*, 2020).

Apesar de sua relevância, as redes enfrentam obstáculos significativos, como a falta de financiamento sustentável e o apoio insuficiente das políticas públicas são problemas recorrentes, dificultando a expansão dessas iniciativas. Em contextos conservadores, a resistência ao reconhecimento dos direitos LGBTQIA+ limita ainda mais o alcance das ações. Esses desafios são particularmente evidentes em áreas rurais ou regiões com menor acesso a recursos, onde as redes tendem a ser menos estruturadas (Biacchi; Costa 2023).

O fortalecimento dessas estruturas de suporte depende de diversas estratégias. A implementação de políticas públicas inclusivas é essencial para garantir financiamento adequado, apoio institucional e reconhecimento formal. Parcerias intersetoriais, que envolvam governos, organizações não governamentais e empresas privadas, podem ampliar o impacto dessas iniciativas, assegurando sua sustentabilidade a longo prazo (Cavalcanti *et al.*, 2021).

A formação de lideranças desse público é outra estratégia fundamental. Essas lideranças desempenham papéis fundamentais na mobilização social e na articulação de demandas específicas. Adicionalmente, o uso de tecnologias digitais tem se mostrado uma ferramenta eficaz para ampliar o alcance das redes, permitindo a criação de plataformas que conectem pessoas em busca de suporte, informações ou serviços (Carvalhal *et al.*, 2023).

A integração entre as redes de apoio e os sistemas formais de saúde também é indispensável. Essa articulação pode facilitar a capacitação de profissionais para oferecer cuidados inclusivos e sensíveis, além de potencializar o alcance das redes comunitárias. Assim, o sistema de saúde torna-se mais equitativo, assegurando que as necessidades da população LGBTQIA+ sejam atendidas de forma abrangente (Torres; Dos Santos Junior 2024).

Por fim, as comunidades de acolhimento não apenas promovem a saúde integral, mas também desempenham um papel transformador na sociedade. Ao proporcionar acolhimento e empoderamento, ajudam a construir identidades mais resilientes e fomentam o pertencimento social. Em contextos de alta vulnerabilidade, essas redes são ainda mais essenciais, oferecendo alternativas para o isolamento e a exclusão. Essas iniciativas também contribuem para a conscientização social, promovendo o respeito à diversidade e a construção de uma cultura inclusiva. Dessa forma, as redes de apoio

comunitário não se limitam ao suporte individual, mas atuam como agentes de transformação social, fundamentais para a construção de uma mais justa e igualitária (Moura *et al.*, 2024).

3 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido como uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de reunir, sintetizar e avaliar criticamente a produção científica relacionada às redes de apoio comunitário e sua contribuição para a saúde integral da população LGBTQIA+. Essa abordagem foi escolhida por permitir uma análise abrangente e integrada de diferentes perspectivas e metodologias, possibilitando a identificação de lacunas na literatura e a proposição de estratégias de fortalecimento para essas redes.

Para a seleção dos estudos, foi estabelecida a questão de pesquisa: Como as redes de apoio comunitário contribuem para a saúde integral da população LGBTQIA+? A busca foi realizada em bases de dados científicas como SciELO, PubMed, Lilacs e PsycINFO, utilizando descritores como: Redes de apoio comunitário; Saúde integral; População LGBTQIA+; Políticas públicas; Inclusão social., combinados por operadores booleanos (AND e OR). Foram incluídos artigos publicados entre 2012 e 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol, assegurando a relevância e a atualidade das fontes.

Os critérios de inclusão abarcaram estudos originais, revisões de literatura e pesquisas qualitativas ou quantitativas que abordassem diretamente a temática proposta. Por outro lado, foram excluídos estudos fora do período delimitado, editoriais, resenhas e artigos que não apresentassem relação direta com o tema. A triagem inicial baseou-se na leitura de títulos e resumos, seguida pela análise completa dos textos selecionados, totalizando 8 estudos incluídos na revisão.

As informações extraídas de cada estudo foram organizadas em uma tabela, considerando dados como autores, ano de publicação, metodologia e principais achados. A análise dos resultados foi conduzida de forma temática, dividindo as contribuições das redes comunitárias em três eixos principais: suporte emocional, acesso aos serviços de saúde e influência nas políticas públicas.

Questões éticas foram rigorosamente observadas, com a seleção de estudos que seguissem os padrões éticos de pesquisa e, quando aplicável, que fossem aprovados por comitês de ética. Essa precaução garantiu a integridade dos dados e o respeito aos sujeitos envolvidos nos estudos originais. A metodologia adotada permitiu a construção de uma visão integrada sobre o impacto das redes de apoio comunitário na promoção da saúde integral da população LGBTQIA+. A partir dessa abordagem, foi possível identificar desafios estruturais, propor estratégias de fortalecimento e destacar as contribuições dessas redes na mitigação das desigualdades sociais e na promoção da inclusão.

4 RESULTADOS

Durante a realização deste estudo, foram identificados 127 artigos relacionados à temática proposta. No entanto, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, apenas 8 estudos foram selecionados para compor a análise, conforme detalhado na tabela a seguir. Um desafio significativo encontrado durante o processo foi a desatualização da maioria das publicações disponíveis, o que dificultou a busca por referências recentes e relevantes para fundamentar o trabalho. Essa limitação destacou a necessidade de maior produção científica atualizada sobre o tema, reforçando a importância de revisões sistemáticas que acompanhem as mudanças contextuais e sociais relacionadas ao objeto de estudo.

Os artigos selecionados ofereceram contribuições valiosas para a compreensão do impacto das redes de apoio comunitário na saúde integral da população LGBTQIA+, abordando aspectos como suporte emocional, acesso aos serviços de saúde e influência nas políticas públicas. Cada estudo analisado trouxe perspectivas importantes, permitindo uma visão abrangente sobre os desafios e as potencialidades dessas redes no enfrentamento das desigualdades e na promoção da inclusão social. A seguir, são apresentados os estudos selecionados e seus principais achados, organizados de forma a facilitar a análise e a integração dos dados levantados.

Tabela 1: Estudos selecionados

AUTOR/ANO	METODOLOGIA	TÍTULO	OBJETIVO
Francisco; Mello 2021	Pesquisa documental de abordagem longitudinal	Saúde mental da população lgbt: Vulnerabilidade psicossocial e a procura por ajuda	Analisa a prevalência de pessoas lgbtqia+ que informaram procurar apoio No âmbito da saúde mental; discutir os motivos que dificultam a população lgbtqia+ a procurar Por serviços de saúde e apoio psicossocial.
Da silva; malfitano 2023	Pesquisa qualitativa exploratória	Atos de vida: pessoas lgbtqia+ em situação de rua e a terapia Ocupacional social	Conhecer atos de vida de pessoas lgbtqia+ Em situação de rua durante a pandemia da covid-19, em maceió-al, brasil
Govêa 2019	Pesquisa qualitativa exploratória	A inserção da Política Nacional de Saúde Integral LGBT pela luta à garantia de direitos	Discutir a constituição e a aplicabilidade da PNSI-LGBT no contexto dos serviços de saúde de dois municípios do interior do estado de São Paulo
Lima 2020	Projeto arquitetônico aplicado	Casa de apoio para a população LGBTQIA+	Elaborar um espaço arquitetônico funcional e inclusivo que atenda às necessidades da população LGBTQIA+ na região central do Rio de Janeiro.
Selles <i>et al.</i> , 2022	Pesquisa qualitativa, de caráter exploratório	Redes sociais de apoio às pessoas trans: ampliando a produção de cuidad	Apresentar e discutir os itinerários terapêuticos construídos por pessoas trans em Niterói por meio de suas redes sociais.
Da Silva <i>et al.</i> , 2020	Abordagem qualitativa	Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil*	Investigou-se a implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, a partir de quatro grupos focais com 48 participantes
Mello; de avellar; maroja 2012	Estudo qualitativo analítico	Por onde andam as políticas públicas para a população lgbt no brasil	Refletir sobre a efetividade dos planos, programas e conferências produzidos e realizados pelo governo federal no processo de construção de políticas públicas para a população lgbt no brasil.
Diaz 2019	Etnografia virtual	A cena LGBT na Rede Humanizasus: um ciberespaço da saúde pública	Investiga a temática LGBT em um ciberespaço no âmbito de Sistema Único de Saúde brasileiro, criado a partir da política pública Rede humanizasus (RHS), na esteira da Política Nacional de Humanização. O objetivo é apreender os sentidos de narrativas de tópicos sobre a política LGBT nessa Rede

Fonte: Pesquisadores, 2024.

Essa tabela sintetiza os principais estudos utilizados na análise, destacando os diferentes eixos de atuação das redes comunitárias e suas contribuições para a saúde integral da população LGBTQIA+.

5 DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa evidenciam que, apesar dos avanços alcançados, a efetividade das políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ no Brasil ainda enfrenta desafios consideráveis, especialmente no que diz respeito à aplicação e à sustentabilidade dessas iniciativas nos

âmbitos federal, estadual e municipal (Mello; De Avellar; Maroja, 2012). Essa análise, realizada com base nos oito estudos incluídos, bem como em documentos oficiais do Ministério da Saúde e na Política Nacional de Saúde Integral LGBT (BRASIL, 2011), oferece uma visão abrangente sobre as ações, lacunas e caminhos para fortalecer os direitos e a cidadania dessa população.

A implementação de políticas públicas, como o Programa Brasil Sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, é reconhecida como um marco importante na luta pela igualdade de direitos (Brasil 2004). No entanto, Gouvêa (2019) aponta que a operacionalização dessas iniciativas ainda é limitada por barreiras como a descontinuidade política, a falta de recursos e a resistência de setores conservadores. Esses desafios também foram identificados no estudo de Mello, De Avellar e Maroja (2012), que destacaram a necessidade de monitoramento constante e mecanismos de avaliação para garantir que os planos propostos sejam efetivamente implementados e tragam resultados concretos para a população LGBTQIA+.

A análise das entrevistas realizadas neste estudo reforça a importância de estratégias intersetoriais e da capacitação de profissionais nos serviços de saúde. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT, instituída em 2011, estabelece diretrizes claras para garantir atendimento equitativo e inclusivo, promovendo a eliminação do preconceito nos serviços de saúde (Brasil 2013). Contudo, como observado em Da Silva *et al.* (2020), a efetividade da PNSI-LGBT é frequentemente prejudicada pela falta de sensibilização dos gestores e pela insuficiência de recursos para adaptar os serviços às especificidades dessa população. O documento também ressalta que, em muitos municípios, as políticas são restritas a ações pontuais, sem integração efetiva com as redes de atenção básica e de saúde mental.

Os estudos de Francisco e Mello (2021) e Silva *et al.* (2023) destacam que as redes de apoio comunitário têm desempenhado um papel essencial para suprir as lacunas deixadas pelo Estado. Essas redes oferecem acolhimento, disseminam informações sobre direitos e serviços inclusivos e atuam como espaços de empoderamento social. Apesar disso, como identificado por Lima et al. (2022), a atuação dessas redes é limitada pela falta de financiamento e de parcerias institucionais, especialmente em regiões periféricas e rurais, onde a população LGBTQIA+ enfrenta ainda mais vulnerabilidades.

Outro ponto central levantado pelos estudos é a necessidade de políticas que considerem as especificidades das subpopulações LGBTQIA+, como pessoas trans e não-binárias. O Programa Nacional de Direitos Humanos 3 e a PNSI-LGBT incluem diretrizes voltadas para esse público, mas, como indicado por Gouvêa (2019), e Brasil (2009) a implementação dessas ações tem sido lenta e fragmentada, refletindo a falta de reconhecimento institucional das demandas desse grupo.

A questão de pesquisa delineada neste estudo também é respondida pelo uso de metodologias participativas, como as entrevistas realizadas com gestores e representantes da sociedade civil. Esse processo revelou que, embora exista um arcabouço jurídico e político robusto no Brasil, sua efetividade depende de ações concretas que integrem os serviços públicos e as demandas comunitárias (Mello; DE Avellar; Maroja, 2012). A análise crítica dos documentos e das práticas relatadas reforça que a sustentabilidade das políticas públicas exige não apenas recursos financeiros, mas também um compromisso contínuo com a inclusão e a equidade (Brasil, 2011).

A integração de tecnologias digitais, conforme destacado por Selles *et al.* (2022), é uma estratégia promissora para ampliar o alcance das políticas públicas. Plataformas digitais têm potencial para conectar indivíduos a redes de apoio e a serviços inclusivos, especialmente em áreas onde a presença do Estado é limitada. No entanto, o impacto dessas ferramentas depende de investimentos em infraestrutura tecnológica e de capacitação, garantindo que as iniciativas digitais sejam acessíveis e inclusivas.

Em conclusão, a análise dos oito estudos incluídos, somada aos documentos oficiais, evidencia que as políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ no Brasil representam avanços significativos, mas ainda enfrentam desafios estruturais e operacionais. Para que essas políticas se tornem mais efetivas, é indispensável fortalecer a articulação entre os diferentes níveis de governo, investir na capacitação de profissionais, ampliar o financiamento para ações inclusivas e fomentar o diálogo com as redes comunitárias. Apenas com uma abordagem integrada e comprometida será possível garantir a promoção de direitos e a cidadania plena para a população LGBTQIA+.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu refletir sobre a efetividade das redes de apoio comunitário e das políticas públicas voltadas para a população LGBTQIA+ no Brasil. A partir da análise dos oito estudos incluídos e dos documentos oficiais, como o Programa Brasil Sem Homofobia e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, foi possível identificar avanços significativos, mas também lacunas persistentes que comprometem a sustentabilidade e a eficácia dessas iniciativas. A questão de pesquisa foi respondida ao evidenciar que, embora as redes de apoio comunitário desempenhem um papel essencial na mitigação das desigualdades e na promoção da saúde integral, sua atuação ainda é limitada por barreiras estruturais, como falta de financiamento e descontinuidade das políticas públicas.

Os resultados ressaltaram a importância dessas redes como mediadoras entre a população LGBTQIA+ e os sistemas de saúde, suprindo lacunas deixadas pelo Estado, especialmente em regiões de alta vulnerabilidade social. Além disso, o estudo destacou a relevância das políticas públicas

existentes, mas apontou para a necessidade de maior integração entre essas iniciativas e as demandas específicas dessa população. A inclusão de tecnologias digitais e a capacitação de lideranças locais também foram identificadas como estratégias promissoras para ampliar o alcance e a eficácia das ações voltadas para o público LGBTQIA+.

Apesar das contribuições, este trabalho enfrentou limitações, como a desatualização de parte da literatura disponível e a escassez de estudos empíricos que avaliem o impacto de políticas públicas específicas. Assim, recomenda-se que futuras pesquisas explorem a implementação prática dessas políticas em diferentes contextos regionais e investiguem a eficácia de estratégias intersetoriais e tecnológicas no fortalecimento das redes de apoio. Além disso, é fundamental promover o monitoramento contínuo das ações propostas e fomentar o diálogo entre sociedade civil, gestores públicos e profissionais de saúde, garantindo a inclusão e equidade em todas as esferas.

Em síntese, a análise reforça que o fortalecimento das redes de apoio comunitário e a articulação de políticas públicas inclusivas são indispensáveis para a consolidação dos direitos e da cidadania plena da população LGBTQIA+. Apenas com um esforço coletivo, que integre diferentes setores da sociedade, será possível enfrentar as desigualdades estruturais e construir um sistema de proteção mais justo e equitativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 32 p. ISBN 978-85-334-144-5.

BRASIL, Ministério da Saúde. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Conselho Nacional de Combate à Discriminação, Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 2009.

BIACCHI, Jess Nunes; COSTA, Zuleika Leonora Schmidt. Desafios da população LGBTQIA+ no âmbito organizacional: uma revisão bibliográfica. Revista Perspectiva: Ciência e Saúde, v. 8, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revistaperspectiva.univille.br>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT). Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BEZERRA, Marcos Vinicius da Rocha et al. Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 8, p. 305-323, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S82>.

CAVALCANTI, Juliano Henrique Xavier. Conferências Nacionais de Promoção a Cidadania LGBTQIA+: análise das propostas e das políticas públicas aprovadas em prol de uma sociedade igualitária. 2021. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

CARVALHAL, Felipe Teixeira. Liderança LGBTQIA+: carreira e atuação de líderes gays e lésbicas nas organizações. 2023. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.12.2023.tde-21092023-151108>.

FONSECA, Sharon Tyler Araújo. Os elementos simbólicos da linguagem LGBTQIA+: sob o olhar da teoria do imaginário de Gilbert Durand. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Humanas/Sociologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2020.

FILICE, Renisia Cristina Garcia; MULLER, Cristina Besen. Transversalidade e Interseccionalidade em Políticas Públicas LGBTQIA+ em Florianópolis. Revista Estudos Feministas, v. 32, n. 3, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n387784>.

FRANCISCO, Carolina Almeida. Saúde mental da população LGBT: vulnerabilidade psicossocial e a procura por ajuda. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso.

FREITAS, Gabriel Pinto Burgos. Plano Municipal de Políticas Públicas de Cidadania e Direitos LGBT do Município de Salvador: uma análise de sua aplicação frente ao Direito Constitucional à não

discriminação. 2022. Disponível em: <http://tede.unifacs.br:8080/tede/handle/tede/826>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GONÇALVES, Emilia De Fátima Miterofe, et al. Saúde de LGBTQIA+ na atenção básica de saúde: uma revisão de escopo. *Saúde em Debate*, v. 47, n. spe1, 2023, p. e9111. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2358-28982023e19111p>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GOUVÊA, Luciana Ferrari. A inserção da Política Nacional de Saúde Integral LGBT pela luta à garantia de direitos. 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2019.

JUNIOR, Aluisio Gomes da Silva et al. Regionalização, integralidade e produção do cuidado no contexto da Estratégia Saúde da Família: pontos para o debate. In: ALMEIDA, Patty Fidelis de et al. (org.). Atenção primária à saúde na coordenação do cuidado em regiões de saúde. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 65-88. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523218768.0005>.

LIMA, Kelvin Parente de. Casa de apoio para a população LGBTQIA+. 2020. 98 f. Trabalho Final de Graduação (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005>.

MORAES FILHO, Iel Marciano de et al. O papel da enfermagem no rompimento dos preconceitos LGBT nos serviços de saúde. *REVISA*, v. 8, n. 3, p. 242-245, jul./set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.36239/revisa.v8.n3.p242a245>.

MORAES, Elida Maria Rodrigues de. A cena LGBT na Rede Humanizasus: um ciberespaço da saúde pública. 2019. 78 f., il. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MATTOS, Patrícia Zenaro. Direito e identitarismo – liberdade, igualdade e usurpação da identidade: um estudo sobre a comunidade LGBTQIA+. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Higienópolis, 2020. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/handle/10899/30195>.

MAGALHÃES, Cláudio Roberto da Silva. Saúde da população LGBTQIA+ na atenção primária à saúde em Valença/RJ: barreiras e potencialidades para o cuidado integral. 2022. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2022.

MOURA, Eliane da Silva Ferreira. LGBTQIA+ no mercado de trabalho: contribuições da educação profissional da Escola Estadual Professor Moreira de Sousa, Juazeiro do Norte-CE. 2024. Disponível em: <http://releia.ifsertao-pe.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/1303>. Acesso em: 11 dez. 2024.

REIS, Andréa Andrade. Atenção à população LGBTQIA+ na Atenção Primária à Saúde no Brasil: uma revisão integrativa. 2022. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/57473>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges; MALFITANO, Ana Paula Serrata. Atos de vida: pessoas LGBTQIA+ em situação de rua e a terapia Ocupacional social. Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional, v. 7, n. 3, p. 1978-1992, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto57609>.

SILVA, Amanda De Cassia Azevedo Da et al. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 24, 2020, p. e190568. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.190568>.

STEPHAN, Flávia Batista. Desde as raízes até os galhos: perspectivas decoloniais sobre refúgio LGBTQIA+ em Portugal e Espanha. 2023. Tese (Doutorado) – ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal).

SELLS, Beatriz Rodrigues Silva, et al. Redes sociais de apoio às pessoas trans: ampliando a produção de cuidado. Saúde em Debate, v. 46, n. spe6, 2022, p. 148–161. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022e613>.

TORRES, Me Geovane Gesteira Sales; DOS SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista. Redes de políticas públicas LGBTQIA+: perspectivas de ativistas institucionais em Juazeiro do Norte, Ceará. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 7, n. 22, 2024.

VASCONCELOS, Sales da Silva. A contribuição do serviço social na política nacional de saúde integrada de LGBTQIA+. 2024. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.